

Dados do Núcleo de Prática Jurídica (Urcamp – Bagé): uma avaliação do ano de 2017

Resumo

O presente trabalho, intitulado “Dados do Núcleo de Prática Jurídica (Urcamp – Bagé): uma avaliação do ano de 2017”, busca apresentar os principais resultados vinculados ao Programa de Extensão do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Urcamp (Bagé). Os dados obtidos relacionam-se ao universo de atividades desenvolvidas pelo referido programa (ano base de 2017) e buscam expor resultados quantitativos e qualitativos seguros sobre este programa de extensão do Curso de Direito (Bagé) da Urcamp. Nesse sentido, frente aos resultados obtidos, poder-se-á verificar o público-alvo atingido, tanto no que diz respeito ao serviço prestado a comunidade carente de nossa região, quanto no que diz respeito ao aprimoramento da prática processual por parte dos discentes que auxiliam na consecução das finalidades do NPJ, participando ativamente dos processos ao lado dos professores orientadores. Ademais, frente ao que foi exposto, o presente trabalho também buscou quantificar os valores que poderiam estar envolvidos nos atendimentos realizados pelo NPJ, caso o mesmo atuasse como um escritório de advocacia privado. Por fim, é importante destacar que os dados apresentados demonstram de forma cabal como o NPJ é um programa institucional de enorme valia para o desenvolvimento da finalidade social da Urcamp.

Palavras-chave: Prática jurídica; Comunidade; Demandas sociais.

Introdução

O Núcleo de Prática Jurídica da Urcamp (Bagé), Programa de Extensão vinculado ao Curso de Direito (Bagé) da referida instituição de ensino, desenvolve atividades práticas na área do direito com acadêmicos que estão cursando as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV. Sob a tutela dos professores orientadores, todos os envolvidos realizam atendimentos de demandas oriundas da comunidade bajeense que não possui condições econômicas para o patrocínio de

um advogado. Com isso, o NPJ é importante instrumento para o atendimento dos mandamentos constitucionais, quais sejam, a garantia de um devido processo legal por meio de um representante legal para aqueles que não podem arcar com os custos inerentes a tal atividade. Nesse sentido, o presente trabalho, busca apresentar os dados relativos ao ano de 2017 (em comparação com os anos anteriores), no tocante aos serviços prestados por este programa de extensão.

Metodologia

A verificação empírica das práticas realizadas pelo NPJ obedeceu a observação de critérios quantitativos ao longo do ano base de 2017, por meio dos inúmeros instrumentos de catalogação disponíveis na secretaria do NPJ e que podem ser verificados em bases de dados do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. O público-alvo foram os indivíduos carentes atendidos pelo NPJ; o programa está em execução; as pessoas beneficiadas envolvem os acadêmicos do Curso de Direito e todos os assistidos do NPJ (que em um único processo judicial pode suscitar benefícios para mais de uma pessoa).

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos pelo NPJ no ano de 2017, do ponto de vista quantitativo, foram bastante significativos ao serem comparados com os anos anteriores (período 2012-2016). Além de representarem um acréscimo substancial digno das atividades desempenhadas e que estão de acordo com a busca por desenvolver um ambiente de aprendizagem mais produtivo (COGHLAN; PRESKILL; CATSAMBAS, 2003), os dados mostraram um aumento em todas as áreas atendidas pelo NPJ, o que acarretou em outro aumento: nos valores mensurados caso fosse utilizada a tabela da OAB como critério econômico na tabulação dos resultados. Com isso, no que diz respeito especificamente ao ano de 2017, podem ser mencionados os seguintes resultados quantitativos: (i) foram ajuizadas 169 ações cíveis; (ii) foram realizadas 35 defesas criminais; (iii) ocorreram 105 contestações cíveis e 192 defesas criminais; (iv) o NPJ realizou 63 processos de curadoria; (v) foram finalizados 176 processos cíveis e 39 criminais; (vi) existiam 268 processos em andamento na área cível e 59 no ambiente criminal; (vii) o NPJ realizou 153 audiências cíveis e 78 criminais; e (viii)

houve a realização de 1.254 consultas na área cível e 119 na área criminal. A fim de apresentar as ressalvas inerentes a tais dados, e levando em consideração que se conhece melhor o local em que se está engajado em suas atividades (SOUZA; McNAMEE; SANTOS, 2010), é importante destacar que a concretização de tais apontamentos está diretamente vinculada a carga horária disponível dos professores orientadores no NPJ, agregada a demanda inerente do público externo ou oriunda dos processos enviados pelo Foro da Comarca da Bagé para o NPJ. Por exemplo, na área cível, face a grande procura por questões que envolvem o direito de família, há um forte atendimento da população carente que procura o NPJ; já na área de direito penal, em razão da dependência do envio de processos por parte do Poder Judiciário, e em razão da divisão destes com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, há um número menor nessa área. Portanto, cada área tem a sua complexidade inerente quanto a demanda, para não mencionar as situações de ordem processual. Ou seja, é necessário que os dados analisados sejam contextualizados com a realidade externa. No que diz respeito a quantificação hipotética econômica que pode ser mensurada diante dos números apresentados, utilizando-se a tabela da OAB, o NPJ teria atingido R\$ 3.284.414,00 em todos os serviços prestados. Aqui é salutar realizar outra ressalva. Como o direito penal tutela a liberdade, bem caro para a sociedade e que demanda um cuidado intelectual deveras complexo, os valores designados para seus procedimentos, em comparação com os cíveis realizados pelo NPJ, são bastante elevados, o que contribui enormemente para tais resultados. Como comparação, enquanto em 2012 o NPJ atingiu R\$ 452.737,00, em 2013 obteve R\$ 1.437.700,00, em 2014 prestou R\$ 1.434.000,00 em serviços, em 2015 chegou a R\$ 2.408.309,00 e em 2016 percebeu 2.296.796,00, em 2017 os resultados ultrapassaram significativamente os anos anteriores. Isso demonstrou como o NPJ está cumprindo uma função primordial dentro da sociedade de Bagé, o que responde a ideia de que as instituições devem atender as crescentes demandas sociais existentes dentro de seus limites (MORAES et al., 2014), lembrando que são práticas processuais que envolvem alunos e professores-orientadores, ou seja, alia-se um adequado processo de ensino e aprendizagem, ofertando uma retribuição social para aqueles que se encontram em situação de necessidade.

Conclusão

Diante do que foi exposto, em primeiro lugar é relevante indicar que os atendimentos processuais realizados cumpriram seu objetivo e aumentaram seu volume em razão da existência de fatores que possibilitaram tal tarefa: carga horária de professores-orientadores adequada para atendimentos, um bom número de alunos nos dois semestres letivos, assim como a existência de uma demanda externa que possibilitou sua execução. Em segundo lugar, os dados revelam que o NPJ, até o ano de 2017, mostrou evolução quanto ao número de serviços prestados e sua consequente relevância hipotética-econômica. Do ponto de vista qualitativo, demandas mais complexas também surgiram ao longo do respectivo ano, o que contribuiu para que o NPJ continue orientando com qualidade os discentes do Curso de Direito, e atendendo adequadamente a sociedade de Bagé.

Referências

COGHLAN, Anne T.; PRESKILL, Hallie; CATSAMBAS, Tessie T. An overview of appreciative inquiry in evaluation. *New Directions for Evaluation*, n. 100, p. 5-22, Winter 2003. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ev.96/epdf>>. Acesso em: 08 ago. de 2018.

MORAES, Patrícia R. et al. O Ensino jurídico no Brasil. *Revista Eletrônica Direito em Foco*, p. 1-16, 2014. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/ensino_juridico.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

SOUZA, Laura. V. ; McNAMEE, Sheila; SANTOS, Manoel. A. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 598-607, 2010. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6720/art_SANTOS_Avaliacao_como_construcao_social_investigacao_apreciativa_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. de 2018.